

A presença de Francisco Ferrer nas publicações de Maurício Tragtenberg pela Revista Educação e Sociedade (1978 - 2008)

Lenildes Ribeiro Silva

Programa de Pós-graduação em História, Filosofia e Educação, Universidade Estadual de Campinas, Rua Roxo Moreira, 13083-000, Campinas, São Paulo, Brasil. E-mail: lenildesribeiro@hotmail.com

RESUMO. Este trabalho tem por objetivo compreender as relações entre o pensamento de Maurício Tragtenberg e o ideário da “Escola Moderna” de Francisco Ferrer y Guardia, no início do século XX, baseando-se nas publicações de Tragtenberg pela Revista “Educação e Sociedade” (1978-2008). Nessas publicações, intenta-se ressaltar as aproximações do pensamento entre os dois autores na defesa de uma educação voltada aos interesses do operariado, tornando-o uma classe consciente dos processos de dominação da sociedade capitalista e das possibilidades de superação. Na denúncia da monopolização do conhecimento sob interesses particulares, preconceituosos e excludentes, sejam religiosos ou na forma laica do Estado burguês, a educação defendida pelos autores visa conduzir o povo pela via da conscientização, autonomia e autogestão, necessárias a uma verdadeira democracia. Contra o treinamento, a obediência e a manipulação ideológica, os autores convergem na defesa de uma educação no sentido da liberdade, da crítica e da solidariedade.

Palavras-chave: educação, escola moderna, democracia, autogestão.

ABSTRACT. **The presence of Francisco Ferrer in Maurício Tragtenberg’s publications by Journal Educação & Sociedade (1978 - 2008).** This paper seeks to understand the relationship between the thinking of Maurício Tragtenberg and the ideals of the Modern School of Francisco Ferrer y Guardia in the early 20th century, based on the analysis of Tragtenberg’s publications in the journal “Educação and Sociedade” (1978-2008). In these publications, emphasis is given to the approximations between the thoughts of the two authors in defense of an education focused on the interests of the working class, making it a class conscious of the domination processes of capitalist society as well as the possibilities of overcoming them. By denouncing the monopolization of knowledge by private, prejudiced and exclusionary interests – whether religious or in the secular form of the bourgeois state – the education advocated by the authors seeks to lead people through awareness, autonomy and self-management, all of which are necessary for a true democracy. Against training, obedience and ideological manipulation, the authors converge in the defense of an education aimed at freedom, criticism and solidarity.

Keywords: education, modern school, democracy, self-management.

Introdução

Ví el progreso entregado a una especie de fatalidad, independiente del conocimiento y de la bondad de los hombres, y sujeto a vaivenes y accidentes en que no tiene participación la acción de la conciencia ni de la energía humanas. El individuo, formado en la familia con sus desenfrenados atavismos, con los errores tradicionales perpetuados por la ignorancia de las madres, y en la escuela con algo peor que el error, que es la mentira sacramental impuesta por los que dogmatizan en nombre de una supuesta revelación divina, entraba en la sociedad deformado y degenerado, y no podía exigirse de él, por lógica relación de causa a efecto, más que resultados irracionales y perniciosos (FRANCISCO FERRER, 1960, p. 12).

Estas foram as inquietudes que conduziram Francisco Ferrer e Guardia¹ (1859-1909) a desenvolver suas investidas pela “Escola Racionalista Moderna”, inaugurada em Barcelona no ano de 1901, questionando o desenvolvimento naturalizado do progresso que se erigia sobre a consciência e a atividade humanas. Ferrer considerava a Reconquista um acontecimento histórico fundamental para a compreensão da Espanha de seu tempo o que conduz Tragtenberg a retomar alguns fatos históricos que marcaram a Espanha, desde a Idade Média, para a compreensão do ideário de Ferrer e da pedagogia moderna por ele defendida.

¹As referências a Francisco Ferrer y Guardia, neste trabalho, seguirão a forma escolhida por Tragtenberg no primeiro artigo publicado na Revista, a saber, Francisco Ferrer ou Ferrer.

Nesta retomada, o autor demonstra como se consolidou a dominação da Igreja Católica sobre o povo espanhol que contou, por um lado, com a ação violenta e opressora da Inquisição e, por outro, com o obscurantismo popular – definido pelo autor como uma “carência educacional” – que juntos destituíam o povo da participação social e da garantia de direitos mínimos. Esta problemática é levantada por Tragtenberg quando afirma que “a bico de pena a ‘Restauração’ abole o pouco que havia das conquistas populares” e, mais adiante, “o clero era rico e o povo, pobre” (TRAGTENBERG, 1978, p. 22-23), se desdobrando no clamor de 1898 pela efetiva democratização e libertação da Espanha.

Neste contexto, Francisco Ferrer se encontra engajado na luta pela “Escola Moderna” em detrimento de uma educação voltada a interesses específicos, fator fundamental para a passividade com que os homens assistiram à denominada Restauração. O autor via no dogmatismo a condição da permanência da passividade cega a que os homens se submeteram nos séculos que antecederam 1898. Esse dogmatismo que subtraía dos homens sua capacidade de pensamento e atitude social era, para Ferrer, intensificado pelos processos educativos sob a tutela da Igreja e do Estado. Segundo Tragtenberg, “o fracasso da República espanhola mostrara que era impossível governar com uma elite ‘esclarecida’ e um povo ‘nas trevas’. A modernidade de Ferrer consiste na sua ênfase na tarefa educacional, realizada em parte pela segunda república” (TRAGTENBERG, 1978, p. 24).

Reconhecendo as causas educacionais da cegueira humana na primeira república espanhola, todavia não destituindo as possibilidades da educação na construção de uma sociedade efetivamente livre, igualitária e racional, Ferrer defendia uma educação que se direcionava contra qualquer forma de preconceito e dogmatismo. Essa educação se efetivaria na busca da autonomia, entendendo que, uma verdadeira sociedade democrática não se faz sem o conhecimento e o engajamento popular, como se havia feito. Nesse sentido, Ferrer afirma que,

La verdad es de todos y socialmente se debe a todo el mundo. Ponerle precio, reservarla como monopolio de los poderosos, dejar en sistemática ignorancia a los humildes y, lo que es peor, darles una verdad dogmática y oficial en contradicción con la ciencia para que acepten sin protesta su ínfimo y deplorable estado, bajo un régimen político democrático es una indignidad intolerable, y, por mi parte, juzgo que la más eficaz protesta y la más positiva acción revolucionaria consiste en dar a los oprimidos, a los desheredados y a cuantos sientan impulsos justicieros esa verdad que se les estafa, determinante

de las energías suficientes para la gran obra de la regeneración de la sociedad (FRANCISCO FERRER, 1960, p. 26).

Contra os princípios de autoridade e disciplina de uma educação voltada à condução dos homens pela obediência e manutenção da ordem social dada, Ferrer denunciava que, “el cuidado que han tenido los gobiernos en dirigir la educación de los pueblos y el fracaso de las esperanzas de los hombres de libertad. Educar equivale actualmente a domar, adiestrar, domesticar” (FRANCISCO FERRER, 1960, p. 58). Na via contrária desta educação, Ferrer se levanta no desenvolvimento da “Escola Racionalista Moderna”.

Este é o pensamento com o qual Maurício Tragtenberg inaugura sua participação na Revista “Educação e Sociedade” no ano de 1978, tornando-se presente na sua colaboração neste periódico por 30 anos. No período que se estende de 1978 a 2008, são publicados, nesta Revista, oito textos², a saber: “Francisco Ferrer e a pedagogia libertária” (nº 1, setembro de 1978); “Violência e trabalho através da imprensa sindical” (nº 2, janeiro de 1979); “A delinquência acadêmica” (nº 3, março de 1979); “O conhecimento expropriado e reapropriado pela classe operária: Espanha” 80 (nº 7, setembro de 1980); “Educação e política: a proposta integralista” (nº 8, março de 1981); “Relações de poder na escola” (nº 20, abril de 1985); “Marx/Bakunin: ou marxismo e anarquismo” (nº 23, abril de 1986), “Rússia atual: produto da herança bizantina e do espírito técnico norte-americano”³ (nº 105, dezembro de 2008) recuperando, em todos estes trabalhos, aspectos fundamentais do ideário da “Escola Moderna” de Francisco Ferrer.

Dentre os princípios da “Escola Moderna”, são fundamentais, nesta exposição, os seguintes: (1) a ênfase no ensino científico e racional em detrimento de dogmas instituídos, da monopolização do saber, do preconceito e da violência – seja aquela que se faz de forma implícita, como “violência simbólica”⁴, ou as que se efetivam sob o amparo da autoridade e da disciplina; (2) o elogio da liberdade e solidariedade ao invés do incentivo à competição, aos prêmios e castigos; (3) o respeito às individualidades da criança e às necessidades específicas da idade em

² Neste período, o autor também publica duas resenhas, a saber, “O Discurso da servidão voluntária”, de Etienne de La Boétie (nº 21, agosto de 1985) e “Capital, sindicatos e gestores” de João Bernardo (nº 27, setembro de 1987) que não serão consideradas no desenvolvimento da análise proposta neste trabalho.

³ Trata-se de um artigo extraído do “Arquivo Edgar Leuenroth”/ Unicamp, em 1999.

⁴ Embora não há referências explícitas nos textos publicados na Revista sobre a obra de Bourdieu e Passeron, nota-se uma relação com os conceitos de “Violência Simbólica” desenvolvido pelos autores em *A Reprodução*, na década de 1970 e sua crítica à escola como reprodutora das relações de dominação da sociedade.

contraposição à determinação da vontade e a inculcação de modos de pensar reservados aos adultos – o que inclui dogmas religiosos e arbitrariedade de qualquer forma de pensamento, mesmo as consideradas laicas; (4) a não-uniformização de programas escolares e a abolição da burocratização escolar assim como dos exames. Para Ferrer, os exames institucionalizam as desigualdades e incentivam a competição, servindo mais a vaidade de pais e mestre do que a educação dos alunos; (5) a defesa da autogestão e da coeducação entre classes e sexos. Estes princípios estão presentes nos trabalhos de Tragtenberg anteriormente citados, seja na forma explícita da referida participação no primeiro número da Revista ou de maneira indireta, conforme se apresenta nos demais textos deste periódico.

A marca de Francisco Ferrer nos artigos de Maurício Tragtenberg

No artigo intitulado “Violência e trabalho através da imprensa sindical”, Tragtenberg faz uma análise do denominado “milagre brasileiro”, marcado pela internacionalização da economia e inserção do operariado nesse processo pela ação do Estado com políticas trabalhistas. Tais políticas foram expressas na segurança no trabalho, aposentadoria, Fundo de Garantia do tempo de Serviço (FGTS), entre outras, que, associadas aos arranjos empresariais e o movimento do mercado, concorriam para a exploração do trabalhador. Toma-se como exemplo disto o FGTS como substituto da estabilidade no emprego e a aposentadoria desvalorizada em face da inflação. Pontos enfáticos da exploração do trabalhador nesta fase foram explicitados por Tragtenberg, a saber: redução da jornada de trabalho intensificada pelo cumprimento de horas-extras de forma coercitiva e sem o amparo das leis trabalhistas, exploração da mão-de-obra feminina e infantil, redução salarial, péssimas condições de trabalho, escassez de assistência médica, férias fracionadas, folgas determinadas pelos patrões, ritmo intenso de trabalho, entre outros.

Dentre os fatores alarmantes da condição do operariado neste contexto, Tragtenberg ressalta sua impossibilidade de estudos, reforçando a condição de opressão e não-esclarecimento do trabalhador, amparada pelo próprio Estado. Identificando esta realidade no exemplo de uma operária, o autor afirma: “a operária no máximo chegou ao ginásio, porém continuar a estudar é impossível” (TRAGTENBERG, 1979a, p. 95). Além da condição dos pais operários, os filhos, desde cedo, constituíam-se a mão-de-obra reservada ao futuro,

substituindo os adultos na ocasião da aposentadoria, à medida que eram educados sob o mesmo princípio capitalista e opressor. Para o autor,

Essa reprodução da força de trabalho implica nas possibilidades de o trabalhador manter-se em termos de necessidades mínimas e sua substituição por morte, invalidez e aposentadoria. Através dos filhos, orientados educacionalmente pela lei do capital, é que a substituição da força de trabalho opera (TRAGTENBERG, 1979a, p. 89).

Na contraposição do ensino conforme dogmas sociais – sejam religiosos ou na forma laica do Estado – Ferrer defendia a “Educação Racionalista” pela via da “valorização da categoria trabalho” (TRAGTENBERG, 1978, p. 34). Alertando para a dominação do trabalhador, via escolarização, amparada pelo Estado, Ferrer afirma que,

la vida económica de las naciones permitía la ignorancia popular, esa ignorancia que facilitaba la dominación. Pero las circunstancias han cambiado: los progresos de la ciencia y los multiplicados descubrimientos han revolucionado las condiciones del trabajo y de la producción; ya no es posible que el pueblo permanezca ignorante; se le necesita instruido para que la situación económica de un país se conserve y progrese contra la concurrencia universal. Así reconocido, los gobiernos han querido una organización cada vez más completa de la escuela, no porque esperen por la educación la renovación de la sociedad, sino porque necesitan individuos, obreros, instrumentos de trabajo más perfeccionados para que fructifiquen las empresas industriales y los capitales a ellas dedicados (FRANCISCO FERRER, 1960, p. 56).

A impossibilidade de estudar pela sobrevivência condicionada ao trabalho nos moldes capitalistas não se fazia nos cortes feitos pelos exames escolares, visto que o trabalhador sequer chegava a frequentar uma escola. A seleção se dava desde o ingresso na fábrica. “Elas não precisavam temer os exames, eles só excluem os ‘incluídos’ no privilégio, pois ela não chega a atingir a situação de exame, é excluída “à priori”. Aliás, os exames têm a função de dissimular uma exclusão maior: a da maioria que nem sequer chega a enfrentá-los” (TRAGTENBERG, 1979a, p. 95).

As críticas aos exames escolares, ponto fundamental no ideário de Ferrer, são enfatizadas no texto que dá sequência às publicações de Tragtenberg na Revista, “A Delinquência Acadêmica”. No primeiro capítulo deste trabalho, o autor expõe os pontos que marcam suas críticas à universidade, a saber, “a relação entre a dominação e o saber, a relação entre o intelectual e a universidade como instituição dominante ligada à dominação, a universidade antipovo” (TRAGTENBERG, 1979b,

p. 76). Tragtenberg chega a questionar a necessidade desta instituição, demonstrando sua vinculação aos propósitos exploradores do capitalismo quando se limita a formar a mão-de-obra necessária ao mercado. Corroboram com essa vinculação a obediência aos programas, a relação entre professor e aluno pela via do poder, seja na forma de exames ou nos currículos invisíveis.

A causa maior da “delinquência acadêmica” é exposta quando o autor denuncia a perda de vínculo da universidade com as “finalidades sociais do conhecimento” (TRAGTENBERG, 1979b, p. 79). Para Tragtenberg, “uma universidade que produz pesquisas ou cursos a quem é apto a pagá-los perde o senso da discriminação ética e da finalidade social da sua produção” (TRAGTENBERG, 1979b, p. 70). Ao se inscrever na lógica do mercado acadêmico, a universidade transveste-se de certa neutralidade. Entretanto, por intermédio de uma postura aparentemente apolítica, erige-se como instituição que “serve a política do poder” (TRAGTENBERG, 1979b, p. 80). Contrastando com essa realidade, o autor retoma à filosofia racionalista no enfoque da “característica do verdadeiro conhecimento o exercício da cidadania do soberano direito de crítica questionando a autoridade, os privilégios e a tradição” (TRAGTENBERG, 1979b, p. 80).

A burocratização, eliminada do ideal da “Escola Moderna” de Ferrer, é retomada por Tragtenberg como característica da “delinquência acadêmica” em que os meios técnicos e burocráticos superam os fins próprios da educação⁵. Dessa forma, “a criação do conhecimento e sua reprodução cede lugar ao controle burocrático de sua produção como suprema virtude, onde ‘administrar’ parece como sinônimo de vigiar e punir⁶ – o professor é controlado mediante os critérios visíveis e invisíveis de nomeação; o aluno, mediante os critérios visíveis e invisíveis de exame” (TRAGTENBERG, 1979b, p. 81). Contra a burocratização, as relações de poder e o controle exterior, Tragtenberg propõe a participação ativa de docentes, discentes e funcionários, derrocando o controle externo em favor da autogestão. Este é um ponto marcante na educação defendida por Ferrer, que

teria o mérito de devolver à universidade um sentido de existência; qual seja: a definição de um

⁵ A crítica de Tragtenber à burocracia como instrumento de dominação foi objeto de duas obras fundamentais no entendimento do pensamento do autor: “Burocracia e Ideologia” (TRAGTENBERG, 1974), e “Administração, poder e ideologia” (TRAGTENBERG, 1980). Nestas obras, Tragtenberg, amparando-se no ideário de Weber, discute temas como a cogestão, a divisão do trabalho manual e intelectual, entre planejamento e execução, que contribuem para uma permanente dominação do trabalhador em detrimento de sua autonomia, contrapondo-se a isto, sua defesa na autogestão.

⁶ Nota-se nesta expressão o reconhecimento de Tragtenberg pela obra de Foucault no século XX com o mesmo nome.

aprendizado fundado numa motivação participativa e não no decorar determinados ‘clichês’, repetidos semestralmente nas provas que nada provam, nos exames que nada examinam, mesmo porque o aluno sai da universidade com a sensação de estar mais velho, com um dado a mais: o diploma acreditativo que em si perde o valor na medida em que perde sua raridade (TRAGTENBERG, 1979b, p. 81).

As relações entre o ensino institucionalizado e a dominação são expostas com maior ênfase no texto “Relações de poder na escola”. Neste texto, além das críticas apresentadas nos trabalhos anteriores, Tragtenberg relaciona a atuação do professor frente ao aluno com os processos de dominação a que ele também está submetido. O autor chega a comparar a escola com um presídio pela vigilância constante, disciplina e outras formas de controle sobre o aluno, como a um detento. A escola é vista como reprodutora das desigualdades à medida que hierarquiza alunos segundo graus e séries, punindo com exclusão ou retenção aqueles que não alcançam os objetivos propostos. O professor é, assim, como um “tira” que usa do controle por meio do exame, conselho de classes, diário escolar, da disposição das carteiras na sala de aula, imposição da obediência e disciplina. Todavia, enquanto ele é o “tira” que exerce sobre o aluno o controle, é também um “cão de guarda”, mediante a hierarquização e burocracias que o torna também submisso ao Estado e às secretarias. Na sua “missão educativa”, o professor aparece desvinculado de sua vida particular sempre que adentra aos muros da escola. Segundo o autor, “um ‘respeitável’ professor não fala da sua vivência pessoal por temer ser considerado medíocre” (TRAGTENBERG, 1985, p. 42)⁷. Nesse sentido, o trabalho pedagógico se equipara ao trabalho do missionário, em que predomina a “humildade” e a “mortificação”. Escola e religião são assim relacionadas nos seguintes termos:

Não é por acaso que existe relação entre a estrutura simbólica da religião com a escolar. Elas reforçam a estrutura simbólica pela qual se realiza a estrutura de classes. A mesma relação de indignidade existente entre o pecador e a religião, é a existente entre os alunos e o saber. O aluno é visto como se tivesse uma essência inferior à do mestre, como o homem o é ante a figura de Deus. O trabalho mortificante no plano pedagógico – a ansiedade em saber se foi aprovado ou reprovado no exame – é a via da redenção, a expiação da indignidade. É o único caminho para atingir o Templo do Saber, da Graça e da Riqueza (TRAGTENBERG, 1985, p. 44).

⁷ Estas questões já se faziam presentes no artigo “Delinquência Acadêmica” (TRAGTENBERG, 1979a, p. 77).

O papel do professor foi visto por Ferrer na sua fundamental importância para a formação do aluno pautada na liberdade e autogestão. A condução da criança, segundo sua natureza e vontade, em detrimento dos princípios de disciplina e autoridade exterior, é fundamental para esta formação e está expressa nas palavras deste autor da seguinte forma:

que los profesores, en perfectas condiciones para comprender al niño, podrán y sabrán conformar su enseñanza con las leyes naturales. Hasta concedo que esta evolución se realizará en el sentido de la libertad, porque estoy convencido de que la violencia es la razón de la ignorancia, y que el educador verdaderamente digno de ese nombre obtendrá todo de la espontaneidad, porque conocerá los deseos del niño y sabrá secundar su desarrollo únicamente dándole la más amplia satisfacción posible (FRANCISCO FERRER, 1960, p. 55).

Para Ferrer, na ocasião da inauguração da “Escola Moderna”, este professor não existia e, então, fez-se necessária a criação da “Escola Normal”, visando formar professores racionalistas. Ao invés do professor que “[...] impone, obriga, violenta siempre; el verdadero educador es el que, contra sus propias ideas y sus voluntades, puede defender al niño, apelando en mayor grado a las energías propias del mismo niño” (FRANCISCO FERRER, 1960, p. 60). A escola normal de Ferrer visava a formar professores de ambos os sexos, distanciando-se de qualquer imposição dogmática ou preconceituosa. Defendia o ensino racional e científico, num progressivo abandono da metafísica em favor da formação pela experiência. Objetivou-se a autonomia do professor na definição do programa de ensino endereçado aos seus alunos em detrimento da uniformização dos currículos posta pelo Estado, carregados de inculcações ideológicas e distantes da realidade diversificada dos alunos e dos interesses reais do povo (FRANCISCO FERRER, 1960).

Assim como nos demais trabalhos, Tragtenberg não se limita à crítica do modelo vigente de educação, mas esboça propostas de atitudes engajadas com a educação que não visa à dominação e o ajustamento, mas a liberdade, como no ideário de Ferrer. Neste sentido, vale destacar suas considerações sobre uma contradição existente no trabalho do professor que o torna “agente de reprodução social” assim como “agente da contestação, da crítica” (TRAGTENBERG, 1985, p. 44). Ainda nas palavras do autor,

Em períodos de mudança social, o professor, enquanto assalariado ou funcionário do Estado, se organiza contra a deterioração de suas funções de

trabalho. Nesse momento ele contesta o sistema. Porém, para contestar o sistema é necessário estar inserido nele numa função produtiva [...] por tudo isso a escola é um espaço contraditório: nela o professor se insere como reproduzidor e pressiona como questionador do sistema, quando reivindica. Essa é a ambiguidade da função professoral (TRAGTENBERG, 1985, p. 45).

A contradição inscrita no trabalho do professor se relaciona àquela que acontece com o operariado. Na visão de Tragtenberg, ao partilhar da produção nos moldes capitalistas, o operário traz também a possibilidade de contraposição e lutas. “Reproduzindo o capital, ponto terminal do trabalho acumulado, tem ele condições de contestar o capital mediante sua auto-organização e ações práticas. Desvinculado da produção pouco pode fazer. Greve de desempregados é coisa difícil” (TRAGTENBERG, 1985, p. 45).

Para essa mobilização, entretanto, torna-se fundamental o acesso ao conhecimento pelo trabalhador, excluído da possibilidade de ingresso no ensino institucionalizado, conforme menciona o segundo texto aqui referenciado. Um exemplo da educação para a valorização do trabalho, conforme a perspectiva de Ferrer, é exposto por Tragtenberg no artigo “O conhecimento expropriado e reapropriado pela classe operária: Espanha 80”. Neste texto, o autor muda o foco das questões escolares, buscando distanciar-se da tradicional ênfase no ensino para focar o aprendizado. Ao ressaltar o “como aprender, onde e com quem aprender” (TRAGTENBERG, 1980, p. 53), o autor objetiva alcançar uma visão democrática que desvia da ênfase no sistema para ir ao encontro do indivíduo. Vê-se aqui a proposta da “pedagogia individual” de Ferrer, com suas raízes na pedagogia de Rousseau, buscando educar a criança conforme suas especificidades, livre das determinações sociais que a corrompem. Compreendendo diferentes interesses para aqueles que se encontram no poder e para a classe dominada, Ferrer condena a educação uniformizada a partir de cima, inclusive os modelos vindos do Estado. É nesse sentido que ele defende a pedagogia individual, enfatizando a autonomia do professor e do aluno e ainda as especificidades de uma educação a partir do povo, em prol da democracia⁸, e

⁸ Na defesa de Tragtenberg, a liberdade e a democracia são postas às críticas ao modelo de democracia representativa, aproximando-se daquela que se faz por meio da soberania do povo, e não de um governante soberano, retomando as arguições de Rousseau. Para esta democracia, há que se colocar a educação nas mãos do povo, segundo seus anseios de participação política, contrários aos interesses de uma classe esclarecida. Distancia-se, assim, da educação padronizada conforme os interesses do Estado burguês sob o lema da escola universal, gratuita e laica, em direção a uma educação genuinamente popular, comunitária, convergente com os interesses de libertação do povo e não da forma corrompida de uma democracia representativa. Rompe-se, dessa forma,

não para o povo compreendido restritamente como mão-de-obra (FRANCISCO FERRER, 1960).

O ensino como sistema é monopolizado nas mãos do Estado por meio das suas diferentes formas de controle e inculcação ideológica, assumindo formas de “uma igreja secularizada. Nesse raciocínio, a Escola cada vez mais assume sua função de ‘aparelho ideológico’” que inculca maneiras de pensar, sentir e agir das classes dominantes como sendo da ‘sociedade global’” (TRAGTENBERG, 1980, p. 54). É nesse sentido que Ferrer defende que a “Escola Moderna” não deve se prender a interesses particulares, justificando a recusa da tutela do Estado ou de Instituições religiosas. Para este autor,

con la pedagogía moderna pretendemos preparar una humanidad feliz, libre de toda ficción religiosa y de toda idea de sumisión a una necesaria desigualdad económico-social, no podemos confiarla al Estado ni a otros organismos oficiales, siendo como son sostenedores de los privilegios, y forzosamente conservadores y fomentadores de todas las leyes que consagran la explotación del hombre, inicua base de los más irritantes abusos (FRANCISCO FERRER, 1960, p. 36).

E mais adiante,

no ha de parecerse a la enseñanza religiosa, porque la ciencia ha demostrado que la creación es una leyenda y que los dioses son mitos, y por consiguiente se abusa de la ignorancia de los padres y de la credulidad de los niños, perpetuando la creencia en un ser sobrenatural, creador del mundo, y al que puede acudir con ruegos y plegarias para alcanzar toda clase de favores (FRANCISCO FERRER, 1960, p. 74).

Na forma de uma falsa universalização que dissimula os interesses e as relações de dominação amparados pelo Estado, as críticas ao sistema de ensino abrangem a uniformidade dos programas, horários e estrutura dos cursos, além dos já mencionados exames e relação entre professor e aluno em que prevalece uma relação autoritária e capitalista que muito se assemelha às relações trabalhistas. Contrária a essa educação, Tragtenberg resalta uma educação crítica, possível ao trabalhador, nos seguintes termos: “da mesma maneira que o movimento que produz e reproduz o capital leva à produção e ampliação do trabalhador coletivo, na educação, o mesmo movimento que produz a pedagogia burocrática, cria condições para a emergência de uma pedagogia antiburocrática” (TRAGTENBERG, 1980, p. 57). Esta educação teria

em suas bases, princípios da “Escola Moderna” de Ferrer, expostos anteriormente, como: autogestão, autonomia do indivíduo, solidariedade e gratuidade. A revalorização do trabalho, a propósito de Ferrer, é explicitada por Tragtenberg quando retoma em 1979, na Espanha, a criação do “Sindicato do Ensino da Conferência Nacional do Trabalho”. Este sindicato surge com uma proposta de educação direcionada ao seguinte objetivo: “devolver a educação à sociedade, ação fundada na auto-gestão, oposição ao autoritarismo e a união do trabalho intelectual e manual, superar o dualismo professor-aluno” (TRAGTENBERG, 1980, p. 58). Visou-se, assim, desenvolver a aprendizagem a quem de fato interessa: “indivíduos, grupos e organizações autônomas” (TRAGTENBERG, 1980, p. 58).

A “Escola Moderna” de Ferrer pautou-se no desenvolvimento integral do homem desde a sua infância ou, conforme explicita Tragtenberg, “educando integralmente o homem, nos aspectos afetivo e racional” (TRAGTENBERG, 1978, p. 27). Esse objetivo, porém, é o contraponto da educação sob a guarda do integralismo que se apresentou como uma “revolução cultural pelo avesso, introjetando nos explorados (economicamente) e nos dominados (política – e socialmente) a ideologia dominante” (TRAGTENBERG, 1981, p. 96). Na década de 1930, o Brasil se enquadrou no ideário integralista, entendido pelo autor como um “Aparelho Ideológico” do Estado. Nele, a revolução se fez a partir de um “reajustamento no setor da classe dominante, no seu interior, entre os seguimentos industrial, bancário e latifundiário”, ou seja, uma “revolução por cima” sem a participação do povo. Aliado a este ideário, segue-se o nacionalismo que, na sua versão escolar, erigiu-se com o civismo, o heroísmo, o higienismo, a política da conversão do cidadão em eleitor por meio dos programas de alfabetização, entre outros. Como pano de fundo, a luta pela hegemonia que unia tenentistas, nacionalistas e integralistas, viam “o problema político como um problema moral” (TRAGTENBERG, 1981, p. 100).

A proposta integralista, tendo como um dos seus defensores Backeuser, utilizou a educação como um meio pelo qual a adesão fosse garantida. Seu papel é ressaltado no sentido de que “cabe a escola mostrar que o homem é sempre membro de uma comunidade social, comunidade essa que começa fundamentalmente na família e se alarga ao pequeno grupo de pessoas com os mesmos interesses de classe ou clã, até a Pátria, isto é, o Estado, grande comunidade que abraça todas as demais que nela se

com a neutralidade da educação amparada pelo Estado, entendendo que a educação é, antes de tudo, política, mesmo quando omite ser.

⁹ Vê-se aqui a consideração à compreensão da escola como um dos “Aparelhos Ideológicos do Estado”, segundo o pensamento de Althusser, no século XX.

agitam, até a humanidade” (BACKEUSER apud TRAGTENBERG, 1981, p. 102). Vista dessa forma, a educação integral ganha uma compreensão oposta àquela defendida por Ferrer, pois, vincula-se ao integralismo, seu oposto, aliando os ideais da Escola Nova ao liberalismo burguês. “A proposta integralista na área da educação é perfilada pela ideologia da família patriarcal, pela aceitação das formas corporativas de organização do trabalho e sociedade, pela inculcação dos valores ideológicos do Movimento” (TRAGTENBERG, 1981, p. 106-107).

Outro ponto comum à Escola Moderna e as reflexões de Tragtenberg, se refere à concepção de educação da mulher. Diferente da perspectiva integralista, a atuação da mulher é vista, no pensamento dos dois autores, para além do âmbito da casa e, portanto, não poderia se diferenciar da educação do homem. Para Ferrer, a mulher, educada de forma integral, e sem distinção da educação dirigida aos homens

enseñarán a sus hijos la integridad de la vida, la dignidad de la libertad, la solidaridad social, no el acatamiento a doctrinas aniquiladas y esterilizadas por agotamiento y la sumisión a jerarquías absolutamente ilegítimas (FRANCISCO FERRER, 1960, p. 27).

A educação diferenciada, proposta pelo movimento integralista, contraria o pensamento dos autores na seguinte afirmação:

A educação da mulher é vista como qualitativamente diferente da educação do homem, eis que, embora possuindo idêntica natureza social, apresenta diversidade psicológica; assim, segundo psicólogos e sociólogos [...] viva a mãe, abaixo a mulher, é o lema do Integralismo, pois ‘a vocação maternal, educativa, define a fisionomia da própria mulher’” (MARGARIDA CORBISIER apud TRAGTENBERG, 1981, p. 105).

Contrário a isso, Ferrer defende a coeducação entre os sexos afirmando: “que los niños de ambos sexos tengan idéntica educación; que por semejante manera desenvuelvan la inteligencia, purifiquen el corazón y templen sus voluntades” e, segundo o próprio Tragtenberg, “Ferrer pregava um tipo de mulher não limitada à casa. Para que tal fosse possível, os conhecimentos, em nível de qualidade e quantidade, deveriam ser idênticos aos recebidos pelo homem” (TRAGTENBERG, 1978, p. 27).

Contrariando a defesa da autogestão necessária desde a educação infantil, a “auto-repressão” é outro ponto criticado por Tragtenberg. Se para ele a criança deveria ser educada em suas especificidades e necessidades, o que implicava liberdade e não-

opressão da vontade, na visão integralista, “educar a criança absolutamente integrada na plenitude dos ideais do Sigma, para que seja um brasileiro consciente de suas energias vitais, energias que ele, desde muito cedo, alimentou e orientou para o sentido de construir uma Pátria consciente, também dos seus destinos magníficos” (AIRES apud TRAGTENBERG, 1981, p. 106). As críticas à educação existente direcionadas à manipulação ideológica desde a infância se estendem nas seguintes afirmações de Ferrer:

Para realizarla se han inspirado sencillamente en los principios de disciplina y de autoridad que guían a los organizadores sociales de todos los tiempos, quienes no tienen más que una idea muy clara y una voluntad, a saber: que los niños se habitúen a obedecer, a creer y a pensar según los dogmas sociales que nos rigen. Esto sentado, la instrucción no puede ser más que lo que es hoy. No se trata de secundar el desarrollo espontáneo de las facultades del niño, de dejarle buscar libremente la satisfacción de sus necesidades físicas, intelectuales y morales; se trata de imponer pensamientos hechos; de impedirle para siempre pensar de otra manera que la necesaria para la conservación de las instituciones de esta sociedad; de hacer de él, en suma, un individuo estrictamente adaptado al mecanismo social (FRANCISCO FERRER, 1960, p. 58).

O penúltimo texto do autor publicado na Revista, “Marx/Bakunin: ou marxismo e anarquismo”, traz um debate entre estes autores, não deixando, portanto, de se relacionar ao ideário anarquista presente na obra de Ferrer e do próprio Tragtenberg. Diferenciações entre o pensamento de Bakunin e Marx são a causa de um debate que permanece hoje no sentido de que, embora os autores compreendessem a revolução social como a saída para uma verdadeira democracia, suas oposições apontavam para indagações sobre os meios pelos quais essa revolução tornaria possível. Como pano de fundo está o movimento histórico marxista, visto por Bakunin como um contingente determinante ao qual ele se opunha, conforme a análise crítica de Tragtenberg, aproximando de uma “linguagem do imediato” e ainda “no melhor estilo organicista” (TRAGTENBERG, 1986, p. 86; 94). Na visão de Tragtenberg, essas questões são ainda atuais no sentido de que trazem à tona

as relações da classe com o Estado capitalista, as formas de ‘associação’ que a luta operária assume no processo revolucionário, a questão do papel central do proletariado no processo revolucionário, o papel do campesinato (tem ele condições de um programa próprio?). o papel das ‘minorias organizadas’ na forma de ‘ditadura invisível’ e suas relações com as

massas trabalhadoras ou seu isolamento ante as mesmas (TRAGTENBERG, 1986, p. 103).

Embora não tratando dos elementos do pensamento de Ferrer como nos trabalhos anteriores, nota-se a aproximação das raízes teóricas deste autor no fundamento do anarquismo político com a apropriação da classe trabalhadora dos processos sociais na constituição da democracia amparados na economia política de Marx.

Na ocasião dos 30 anos da Revista, é publicado mais um trabalho de Tragtenberg intitulado “Rússia atual: produto da herança bizantina e do espírito técnico norte-americano”. Neste trabalho, Tragtenberg expressa sua análise criticando a situação da Rússia no contexto da Revolução sob dois aspectos: 1 - compreendendo em sua constituição as raízes do totalitarismo do Estado bizantino medieval em Roma; 2 – considerando sua adequação ao denominado “espírito técnico americano”. Ele entende estes dois aspectos como espécies de pseudomorfozes, fazendo uma analogia àquela que ocorre na natureza mineral¹⁰, a partir do ponto de vista histórico-cultural e ideológico.

Identificando esses processos na Revolução Russa de 1917, o autor expõe que, “o apoio social proletário que mantinha a Revolução Russa foi substituído pela dominação burocrática dos funcionários do Partido, no Estado, nos Sindicatos e nas fábricas” e prossegue afirmando que o capitalismo burocrático na Rússia une a “tradição estatal totalitária de Bizâncio com a assimilação da técnica ocidental e do estilo de vida norte-americano, sob a direção de uma burocracia capitalista” (TRAGTENBERG, 2008, p. 976), o que conduz à definição da Revolução Russa a partir de uma pseudomorfose. Na continuação da expressividade do pensamento de Ferrer, o artigo trata de críticas no que tange aos processos revolucionários que ocorrem sob bases antidemocráticas, de forma verticalizada sob a figura de seus líderes carismáticos.

Considerações finais

Todas as publicações de Tragtenberg pela Revista “Educação e Sociedade” se caracterizam por uma crítica radical aos processos totalitários transvestidos

de uma falsa democratização. Inclui-se nessa crítica a escola na condução do aluno pelo ajustamento aos interesses dominantes e da manutenção das relações de poder e exploração. Sua produção, mesmo tomada isoladamente ao seu contexto, torna-se relevante para o entendimento da problemática da educação na formação da sociedade brasileira, todavia, ressalta-se ainda mais se a considerarmos em conjunto com os processos históricos e sociais que marcam a efervescência de suas ideias. Tragtenberg fala no momento em que o Brasil vivia a ditadura militar, o que o torna um dos intelectuais engajados nos processos de redemocratização do país, tratando-se, no entanto, da luta por uma democracia feita por intermédio da participação do povo, para a qual uma revisão dos fins e meios da educação tornava-se essencial.

A compreensão deste contexto é fundamental para o entendimento das afinidades entre o pensamento de Tragtenberg e as ideias de Ferrer, quando, na Espanha, a necessidade de democracia requeria a participação do povo, o que sem uma educação democrática não seria possível. A exemplo da Restauração feita “a bico de pena” na Espanha do século XV, o que se deu no Brasil tanto nos processos rumos à independência de Portugal como na Revolução de 1930 também constituiu sem a participação popular. O que necessitava em nosso país seguia na direção da “Educação Moderna” de Ferrer, no sentido de conduzir o povo ao conhecimento não manipulado por interesses privados, a exemplo da educação racionalista do “Sindicato do Ensino” da “Conferência Nacional do Trabalho”, na Espanha e, no Brasil, com o Método Paulo Freire¹¹.

As críticas de Tragtenberg ao sistema de ensino não ocorrem de forma exteriorizada, mas, emanam da experiência de um pensador que comprovou pelo autodidatismo¹², as vias de acesso a um conhecimento não-manipulado pela institucionalização do saber “medido em doses, administrado homeopaticamente” que ele compreende como reproduzidor da ordem social. O seu trabalho abrange um debate esquecido por grande parte dos teóricos da educação brasileira na ênfase conferida às teorias hegemônicas, cujo enfrentamento se desdobra entre liberais e conservadores, entre a monopolização do ensino pela

¹⁰ A pseudomorfose, ou pseudoforma na natureza é explicada pelo autor da seguinte maneira: “Numa rocha estão encravados cristais de um mineral. Produzem-se aberturas. Cai água que vai lavando os cristais de tal forma que só ficam suas cavidades; mais tarde, sobrevêm fenômenos vulcânicos que rompem a montanha, massas incandescentes se precipitam ao seu interior, se solidificam, cristalizando-se por sua vez, mas não em sua forma própria, têm que preencher as formas que aquelas cavidades lhes oferecem, assim resultam formas híbridas, cristais cuja estrutura interior difere da construção externa, espécies minerais que tomam formas alheias: os mineralogistas chamam isso de pseudo-morfose (pseudo-forma)” (TRAGTENBERG, 1986, p. 970).

¹¹ As aproximações entre Paulo Freire e Ferrer limitam-se às iniciativas por uma educação democrática, vista sob ângulos diversos, convergindo na participação do povo, e não do ponto de vista dos dois autores.

¹² A formação de Tragtenberg pelo autodidatismo é exposta em seu memorial escrito em 1990 para a seleção de professor-titular da Universidade Estadual de Campinas/Unicamp, publicado pela “Revista Pró-posições”, em 1991, e pela Revista “Educação e Sociedade”, em 1998, em homenagem ao autor, um mês após o seu falecimento e, ainda, por ocasião da comemoração dos 20 anos da Revista.

Igreja e pelo Estado. À margem deste debate, Tragtenberg, ancorado no pensamento de Ferrer, reclama uma educação não-liberal nem conservadora, não-estatal e nem religiosa, tampouco baseada em objetivos privatistas. Essa educação seria revolucionária, cujo centro não advoga interesses desta ou daquela parcela que se quer dominante, mas tem como foco o povo na luta pela liberdade e democracia.

É fundamental retomar aqui a relação de ambiguidade do operariado e da educação na sociedade capitalista antidemocrática e opressora para não denominar o autor – assim como o fora a outros autores que denunciaram a reprodução social pela escola – como reprodutivista, estritamente. Ao criticar a escola, Tragtenberg não afirma que sua inexistência seria a solução para uma sociedade baseada no preconceito, no autoritarismo e na continuidade das relações de poder e dominação em detrimento da autonomia. Toda sua crítica se faz a partir do modelo de escola atual, entendendo que sua institucionalização nos moldes do sistema capitalista, seja sob a guarda do Estado, de empresas ou de instituições religiosas, a subtrai da luta pela verdadeira democracia, tornando-a reprodutora do sistema e da desumanização que lhe é inerente. Para ele, “sem escola democrática não há regime democrático” (TRAGTENBERG, 1985, p. 45).

Referências

FRANCISCO FERRER, Y. G. **La Escuela Moderna**. Montevideo: Imprenta Garcia, 1960.

TRAGTENBERG, M. **Burocracia e ideologia**. São Paulo: Ática, 1974.

TRAGTENBERG, M. Francisco Ferrer e a pedagogia libertária. **Educação e Sociedade**, v. 1, n. 1, p. 17-49, 1978.

TRAGTENBERG, M. Violência e trabalho através da imprensa sindical. **Educação e Sociedade**, v. 1, n. 2, p. 87-120, 1979a.

TRAGTENBERG, M. A delinquência acadêmica. **Educação e Sociedade**, v. 1, n. 3, p. 76-82, 1979b.

TRAGTENBERG, M. O conhecimento expropriado e reapropriado pela classe operária: Espanha 80. **Educação e Sociedade**, v. 2, n. 7, p. 53-62, 1980.

TRAGTENBERG, M. Educação e política: a proposta integralista. **Educação e Sociedade**, v. 3, n. 8, p. 95-107, 1981.

TRAGTENBERG, M. Relações de poder na escola. **Educação e Sociedade**, v. 7, n. 20, p. 40-45, 1985.

TRAGTENBERG, M. **Marx/Bakunin**: ou marxismo e anarquismo. **Educação e Sociedade**, v. 9, n. 23, p. 84-103, 1986.

TRAGTENBERG, M. **Administração, poder e ideologia**. São Paulo: Cortez, 1989.

TRAGTENBERG, M. Rússia atual: produto da herança bizantina e do espírito técnico norte-americano. **Educação e Sociedade**, v. 29, n. 105, p. 969-977, 2008.

Received on September 19, 2010.

Accepted on December 16, 2010.

License information: This is an open-access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.